



BIC-UCS

ANÁLISE DOS DISCURSOS DOS PARLAMENTARES SOBRE O MARCO TEMPORAL: PROTEÇÃO OU RESTRIÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DOS POVOS INDÍGENAS

Observatório Jurídico

TSSCCF

Autores: Karine Borella (BIC-UCS), Alexandre Cortez Fernandes (Orientador), Bruno Silveira Rigon

INTRODUÇÃO / OBJETIVO

O trabalho consiste em analisar os discursos dos parlamentares a respeito da proposta legislativa nº 490, conhecida popularmente como Marco Temporal. Justifica-se a presente investigação diante da possibilidade de restrição de direitos fundamentais e humanos dos povos indígenas, inclusive consagrados no texto constitucional de 1988, diante de interesses escusos de determinados grupos do poder político e econômico nacional. Como objetivo específico, a presente proposta busca analisar os discursos dos parlamentares e mapear o viés ideológico desses discursos a respeito da proteção dos povos originários do Brasil. Objetiva-se, outrossim, investigar quais discursos estão em consonância com os direitos humanos e fundamentais consagrados nas normas constitucionais e convencionais e também quais discursos optam por uma política de restrição e/ou violação dos direitos humanos dos povos originários do Brasil.

MATERIAL E MÉTODOS

Como metodologia de análise valemo-nos da análise de discursos, bem como da pesquisa documental e audiovisual do site da Câmara dos Deputados com o objetivo de ir na fonte primária dos debates parlamentares sobre a questão em pauta. Também se vale de uma análise qualitativa dos discursos para realizar o mapeamento das diferentes orientações político-legislativas sobre a matéria.

RESULTADOS

A partir da pesquisa realizada e dos discursos analisados, temos, como resultado *parcial*, embora necessite de maior aprofundamento, que os discursos analisados até o presente momento, possuem duas grandes matrizes divergentes: a primeira alegando a total inconstitucionalidade do texto apresentado, uma vez que o direito dos povos indígenas à terras demarcadas estaria previsto na Constituição Federal de 1988, e, em contraditório, a alegação de que o texto é constitucional e necessário, visto que o projeto de lei abriria oportunidade de exploração das terras indígenas, inclusive para os povos indígenas.

Com base nos discursos analisados, foi possível concluir, *parcialmente*, que os deputados estão divididos entre garantir a preservação ambiental e dos povos indígenas a suas terras, culturas e sobrevivência e/ou garantir a efetiva utilização das terras indígenas, tanto para o agronegócio quanto para os próprios indígenas. Por fim, esquecem daqueles mais interessados e que mais importam para decidir o futuro: os próprios indígenas do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fatores temporais, a presente pesquisa não contempla, ainda, um resultado final. Desse modo, as considerações finais restam prejudiciais e serão expostas oralmente frente à banca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DELMAS, Marty Mireille. Os grandes sistemas de política criminal. 1 ed. Editora Malone, 1994.
- FERREIRA, Carolina Costa. A política criminal no processo legislativo. 1 ed, Belo Horizonte. Editora D'Plácido, 2017
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Congresso aprova projeto do marco temporal de demarcação das terras indígenas . Youtube 30 de maio de 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Myfr4ZE_jq4. Acesso em: 29 de jul de 2023

APOIO BIC-UCS